

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

TERMO DE RECEBIMENTO DE EDITAL PREGÃO Nº 101/2017

Confirmamos o recebimento/download, na data abaixo, da cópia integral do Edital de Pregão Presencial Nº 101/2017, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLEJO EM VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E DO SETOR DE ESPORTES, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

RAZÃO SOCIAL:			-
CNPJ:			
FONE/FAX:			
E-MAIL:			_
RESPONSÁVEL LEGAL:			
	NOME E ASSINATURA		
	,de	de 2017.	

NOTA:

Para formalização do interesse em participar desta licitação, a empresa deverá encaminhar, devidamente preenchido, o **TERMO DE RECEBIMENTO DE EDITAL, Scaneando e enviando o mesmo no e-mail:** licitacao@novaesperanca.pr.gov.br., ou pessoalmente, no endereço indicado neste Edital. O Município não se responsabilizará pelo Edital, anexos e demais informações, obtidos ou conhecidos de forma diversa ou em local distinto do disposto acima. A não remessa do presente Recibo exime o Setor de Licitações da comunicação de eventuais retificações ou suspensões ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

COMUNICADO AOS INTERESSADOS NA PARTICIPAÇÃO DE PREGÃO.

A Prefeitura Municipal de Nova Esperança-PR vem mui respeitosamente, trazer ao conhecimento de todos, que não hesitará em penalizar os licitantes que descumprirem o pactuado neste edital conforme artigo 7º da Lei federal n.º 10.520/02¹, artigo 5°, IV da Lei 12.846/13² e demais leis pertinentes.

Eventual inobservância das regras legais, a Prefeitura Municipal de Nova Esperança-PR se pronunciará com clareza e precisão quanto às suas decisões de aplicar multas, suspender e impedir empresas de participarem de certames licitatórios.

Desta feita, no intuito de evitar transtornos, solicitamos aos licitantes interessados que apresentem adequadamente a documentação relativa à habilitação e proposta de preços, firmando lances de forma consciente, séria, concisa, firme, concreta e exequível. Os licitantes deverão entregar o objeto em conformidade com o prazo, precos, padrões de qualidades exigidos no edital e leis pertinentes.

Por fim, vale lembrar ainda, que os pedidos de recomposição ou realinhamento de preços são exceções à regra, aplicáveis exclusivamente em situações especiais, e somente serão deferidos se estiverem em total consonância com a lei.

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 5° (...)

IV - no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

¹ Lei 10.520/02



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0101/2017- PMNE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0218/2017

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

1- PREÂMBULO:

- 1.1 O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, com sede à Av. Rocha Pombo, 1453 Centro, nesta cidade, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei complementar nº 147/2014 e demais legislações aplicáveis, Decretos Municipais nº. 4633/2017 e 4634/2017, através do Departamento Municipal de Compras e Licitações, torna público para o conhecimento dos interessados, que faz realizar procedimento de licitação para REGISTRO DE PREÇO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob nº 0101/2017, do tipo Menor Preço por lote, no dia 16 de outubro de 2017 às 09 horas, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da supra referida Lei.
- **1.2** A entrega dos envelopes proposta de preço e documentos de habilitação deverá ser feita até o dia **16 de outubro de 2017** às **08h45min**, na Área de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Nova Esperança.
- **1.3** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, a ser realizada no dia **16 de outubro de 2017** às **09 horas**, de acordo com a legislação vigente mencionada no preâmbulo deste Edital, sendo conduzida pelo Pregoeiro designado pela portaria nº. 13.151/2017 e responsável pelo processamento e julgamento.
- **1.4** Na hipótese de ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

2 - OB1FTO

2.1 - A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLEJO EM VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E DO SETOR DE ESPORTES, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as descrições constantes no anexo I deste edital.

3- DO EDITAL

- **3.1** O presente Edital de Pregão Presencial estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitação. A retirada do mesmo poderá ser feita nos dias úteis, no horário das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h, mediante assinatura de recebimento.
- 3.2 Integram o presente Edital, os seguintes documentos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

Anexo III - Modelo de Credenciamento;

Anexo IV – Declaração de Idoneidade e Inexistência de Fato Superveniente;

Anexo V - Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Declaração de Responsabilidades:

Anexo VII - Declaração de não parentesco;

Anexo VIII - Modelo de Proposta de Preço;

Anexo IX - Minuta de Ata de Registro de Preço.

4. INSTRUÇÕES E NORMAS PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- **4.1** Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- **4.1.1** A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos para a Licitação na Modalidade de Pregão, devendo ser interposta no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Nova Esperança.
- 4.1.2 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- **4.2** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

5 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes protocolados **01** – Proposta de Preços e **02** – Documentos de Habilitação, em dois envelopes distintos, lacrados e com a seguinte descrição:



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

Ao
Município de Nova Esperança

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO nº. 0101/2017

Envelope nº. 01- PROPOSTA

NOME DA EMPRESA:

ENDEREÇO:

AO
Município de Nova Esperança

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO nº. 0101/2017

Envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO

NOME DA EMPRESA:

ENDEREÇO:

ENDEREÇO:

ENDEREÇO:

- **5.2** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.
- **5.3** O recebimento dos envelopes não conferirá aos proponentes qualquer direito contra o órgão promotor da licitação, observadas as disposições da legislação específica;
- **5.4** Após a entrega dos envelopes, não serão aceitas juntada ou substituição de quaisquer documentos, nem retificação de preco ou condições.
- **5.5** O envelope contendo a documentação de habilitação do licitante, autor da melhor proposta, será aberto para avaliação do atendimento das exigências consignadas no edital;
- **5.6** Caso o envelope com a indicação externa "PROPOSTA DE PREÇO" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, **independentemente** do conteúdo do outro envelope.
- **5.7** A impugnação de interessados contra as ofertas e os documentos apresentados por concorrentes deverá ser feita nessa reunião, exclusivamente pelas pessoas credenciadas para representar as empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

6 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **6.1** Somente poderão apresentar propostas as empresas legalmente estabelecidas, e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e anexos, desde que:
- a) desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;
- b) atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital.
- 6.2 Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas físicas ou jurídicas:
- a) concordatárias, em processo de falência ou insolvência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) que estejam reunidas em consórcio, por meio de um ou mais de um consórcio ou isoladamente;
- d) estrangeiras que não funcionem no País;
- e) inadimplentes com o Município ou cujo (s) diretor (es) tenha (m) participado de outra empresa que, também, se tornou inadimplente perante o Município;
- f) empresas em atraso no cumprimento de obrigação assumida com o Município, até o seu efetivo cumprimento;
- g) pessoa jurídica cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, sejam dirigentes ou empregados da entidade licitadora;
- h) pessoa jurídica do mesmo grupo econômico, sociedades coligadas, controladoras e suas respectivas controladas e empresas cujos sócios, cotistas ou diretores, sejam as mesmas pessoas de outra que esteja participando desta licitação e ainda seus cônjuges ou parentes em primeiro grau;
- i) pessoa jurídica cujos empregados, consultores, técnicos ou dirigentes tenham colaborado, de qualquer forma, na elaboração deste instrumento convocatório e de seus anexos:
- j) empresas cujos proprietários sejam agentes políticos de qualquer categoria, natureza e condição. A vedação também ocorre quando a pessoa jurídica de direito privado tem, em seu quadro de sócios, parentes ou afim de agente político, em linha reta ou colateral, cônjuge ou companheiro(a).
- 6.2.1. Não poderão participar do presente processo empresas que não se enquadrem como ME, EPP e Microempreendedor Individual conforme Lei Complementar nº123/2006 e Lei Complementar 147/2014 sendo assim EXCLUSIVO.
- **6.3** Cada licitante terá um único representante nesta licitação que, por sua vez, somente poderá representar uma única empresa licitante.

7- DA PRÉ-HABILITAÇÃO

- **7.1** Os licitantes deverão apresentar **Declaração** dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no **Anexo II**, diretamente ao Pregoeiro, no início da sessão, **juntamente com o credenciamento (anexo III)**, **fora dos envelopes.**
- **7.1.1** As **microempresas e empresas de pequeno porte** que quiserem valer-se da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, **Certidão simplificada da Junta Comercial**, de que está enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte, com data de expedição não superior a 60(sessenta) dias.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

7.1.2 - Os microempreendedores individuais para valer-se da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar **o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual**;

7.2 - A não apresentação da declaração (anexo II) implicará na exclusão do interessado nesta licitação.

8 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

<u>8.1 Só poderá deliberar em nome do licitante, formulando ofertas/lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame:</u>

- a) dirigentes contratuais ou estatutários munidos do Contrato Social e identificação pessoal;
- b) pessoas físicas ou jurídicas, habilitadas por meio de **Procuração ou Carta de Credenciamento**, conforme modelo do **anexo III**, ou documento equivalente, **com firma reconhecida**, outorgando poderes necessários à formulação de propostas e à prática de todos os demais atos inerentes ao certame, **juntamente com o contrato social e identificação pessoal.**
- **8.2** O representante legal da licitante que não se credenciar perante o **Pregoeiro** ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes Proposta ou Documentação relativa a este Pregão.
- **8.3** Na hipótese do acontecimento do item **8.2**, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preco.

Obs: O Contrato Social poderá ser substituído por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais do licitante e o ramo de atividade.

9 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1 A apresentação de proposta na Licitação será considerada como evidência de que a proponente:
- a) Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e obteve do Pregoeiro todas as informações necessárias para a sua formulação;
- b) Considerou que os elementos desta Licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente condizente com o objeto licitado;
- c) Sendo vencedor da Licitação, assumirá integral responsabilidade pelo perfeito e completo fornecimento do objeto em todas as fases;

10 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- **10.1** As propostas serão recebidas em 1 (uma) via datilografada, impressa ou manuscrita em letra legível, de preferência em papel timbrado da empresa, assinada em sua última folha e rubricada nas demais pelos proponentes ou seus procuradores autorizados, sem entrelinhas, rasuras ou borrões, com indicação do número deste Edital, e deverá conter: razão social, CNPJ, endereço, conforme Modelo de Proposta de Preço (**anexo VIII**)
- **10.2** Nas propostas apresentadas e lances formulados deverão estar inclusos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação e devem ser elaboradas em conformidade com a legislação aplicável e as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, seus anexos e os fatores a sequir:
- a) Preços unitários e preço total dos itens, expressos em reais apenas 2 (duas) casas após a virgula e conter todos os elementos essenciais do modelo em anexo a este edital.
- b) Especificação do objeto, observadas as características exigidas no presente instrumento convocatório;
- c) O prazo de validade da proposta conforme estabelecido no item **11.1**.
- d) Cotar os produtos de ótima qualidade e 1ª linha.
- e) Preço do objeto unitário, total e a marca.
- **10.3** O Município de Nova Esperança não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto, na forma da lei.
- **10.4** Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte da empresa ou de funcionário.
- **10.5** A falta de assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal da empresa, desde que presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta".
- **10.6** Serão desclassificadas as propostas que:
- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) as que contiverem opções de preços alternativos;
- c) as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente;
- d) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.
- e) as propostas que não se enquadrarem no disposto na Proposta de Preço anexo VIII deste Edital.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

10.7 Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste Edital, a mesma deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas no mesmo e seus anexos, sob pena de **desclassificação**.

10.8 - Para efeito do pagamento das faturas, a proponente deverá indicar o **número da conta corrente e o endereço da agência bancária** onde deseja que sejam efetuados os créditos correspondentes (somente será aceito CNPJ da licitante vencedora).

11 - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

11.1 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, contado a partir da sua data de entrega.

12 - DO VALOR MÁXIMO

- 12.1 Valor estimado a ser contratado foi fixado total de R\$ 208.871,05(duzentos e oito mil, oitocentos e setenta e um reais e cinco centavos).
- 12.2 O Município não se compromete a adquirir a quantidade total estimada para esta Licitação.

13 - HABILITAÇÃO

13.1 - REGULARIDADE JURÍDICA

- **13.1.1** Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- **13.1.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração em vigor, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores os documentos podem ser substituídos por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais do licitante e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 06 (seis) meses.
- **13.1.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício:
- **13.1.4** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- <u>OBS</u>: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

13.2 - REGULARIDADE FISCAL

- 13.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- **13.2.2** prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) Certidão de Regularidade de Situação (CRS);
- **13.2.3** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais/previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- **13.2.4 -** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- **13.2.5** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.3 - REGULARIDADE TRABALHISTA

13.3.1 - Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), e emitida através do portal do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

13.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.4.1 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física.

13.5 - DECLARAÇÕES

- **13.5.1 -** Declaração de Idoneidade e Inexistência de Fato Superveniente, conforme o modelo do **Anexo IV**, assinada pelo representante legal da licitante;
- **13.5.2** Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º. 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, conforme modelo **anexo V**.
- **13.5.3** Declaração de responsabilidade, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo **anexo VI.**
- 13.5.4 Declaração de não parentesco, conforme modelo anexo VII.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

- **13.6** Os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou autenticado por servidor desta Administração Pública Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet;
- a) serão aceitas apenas cópias legíveis;
- b) não serão aceitos documentos que estejam esmaecidos, ou, rasurados;
- c) durante a sessão do pregão não será feita nenhuma autenticação dos documentos.
- **13.7** No caso de não constar prazo de validade nas certidões referente à Habilitação deste edital, somente serão aceitas àquelas expedidas com até sessenta (60) dias anterior à data da realização da presente licitação.
- **13.8** O Pregoeiro poderá desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou circunstância desabonadora da empresa ou de seus sócios, nos termos do artigo 43, § 5º, da Lei nº. 8.666/93.
- **13.9** Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar, para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, os requisitos de habilitação exigidos no Edital.
- **13.10** As microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), deverá apresentar **TODA** a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. A falta de algum desses documentos acarretará em sua Inabilitação.
- 13.11 Em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na própria sessão, sendo que a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do licitante.
- **13.12** Após a análise da documentação, os membros da Equipe de Apoio e o pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.
- **13.13 -** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

14 - SESSÃO DO PREGÃO

14.1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início a abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação.

14.2 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- **14.2.1** Abertos os envelopes de Propostas de Preços, o(a) Pregoeiro(a) verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- **14.2.2 –** Dentre as propostas aceitas, o(a) Pregoeiro(a) classificará em primeiro lugar a proposta de **Menor Preço por lote**;
- **14.2.3** Serão abertos, na presença dos interessados, os envelopes que contiverem as propostas de preço, as quais serão analisadas quanto à compatibilidade com as exigências deste edital, sendo classificadas as que apresentarem valores sucessivos e superiores, em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.
- **14.2.4** Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas em valores sucessivos e superiores, em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, o Pregoeiro classificará as melhores, até o máximo de três (inclusive a de menor preço).
- **14.2.5** A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.
- **14.2.6** Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

14.3 - LANCES VERBAIS

- **14.3.1** Aos licitantes classificados na forma do item **10.2**, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da maior proposta, respeitado o disposto no item **14.2.3**.
- **14.3.2** Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.
- **14.3.3** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- **14.3.4 -** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante do prosseguimento na etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de posterior ordenação das propostas.
- **14.3.5** Se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

- **14.3.6** Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro até nova sessão de continuidade do julgamento.
- **14.3.7** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que tiver apresentado o menor preço (por lote), para confirmação das exigências habilitatórias constantes no item 13 deste Edital.
- **14.3.8** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

14.4 - JULGAMENTO

- 14.4.1 O critério de julgamento será o de Menor Preço por lote ofertado, apurado na forma a seguir:
- **14.4.1.1** No julgamento das propostas, atendidas as condições prescritas neste Pregão, será considerada de menor preço e vencedora deste certame, a proposta que obtiver Menor preço por lote.
- **14.4.1.2** Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.
- **14.4.2** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- **14.4.2.1** Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- **14.4.3** Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 14.4.3.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte se houver restrição quanto a comprovação da regularidade fiscal, será concedido 05(cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização das pendências, conforme o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006. A não regularização no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **14.4.4** Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- **14.4.5** Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, pela ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- **14.4.6** Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- **14.5** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes presentes.
- **14.6** A empresa vencedora obriga-se a fornecer, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública de realização do pregão, nova Proposta, adequada com os devidos descontos vencidos.
- **14.7** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas, nos termos do art. 48, §3º da Lei nº. 8.666/93.

15 - DOS RECURSOS

- **15.1 -** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **15.2 -** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 15.3 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 15.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **15.5** O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

16 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **16.1** Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- **16.2** Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

17 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

- **17.1** Ata de Registro de Preço documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.
- **17.2** Homologado o resultado da licitação e respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços o primeiro classificado no prazo de 03 (três) dias úteis da homologação e, se for o caso, os demais classificados que aceitarem fornecer o material pelo preço do primeiro, surtindo efeitos de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas e nos moldes da Minuta de ata de registro de preço (anexo IX).
- **17.3 -** No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estipulado, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Nova Esperança registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação, ou então, revogará a licitação.

18- DA VIGÊNCIA

18.1 - A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12(doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

19 – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E SEU RECEBIMENTO

- **19.1** Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
- a) Os serviços deverão se constituir em manutenção preventiva e corretiva a serem realizadas em todos os veículos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.
- b) Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento dos equipamentos e ferramentas necessárias à efetiva realização das manutenções.
- c) Os serviços deverão ser executados obrigatoriamente no endereço abaixo especificado ou quando necessário em local com instalações adequadas ao objeto da licitação, mantida pela contratada no Município de Nova Esperança.

MUNICÍPIOENDEREÇOTELEFONENova EsperançaAv. Felipe Camarão Nº 480 Centro – Antigo IBC(44)3252.4883

- d) A execução dos serviços deverá ser iniciada logo após recebimento da Ordem/Nota de Empenho para que não haja atrasos na devolução dos alunos.
- e) Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 05(cinco) dias, pelo Sr. Adelson Luiz Benassi, coordenador do Transporte Escolar, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- f) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

20 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 20.1 As contratações com os fornecedores registrados, respeitada a ordem de classificação, serão formalizadas pelo Município através da nota de empenho e/ou autorização de despesa, conforme previsto no item 27.1 do presente edital, como permite o art. 62 da lei nº. 8.666/93.
- **20.2** Os pagamentos serão efetuados através de crédito na conta corrente dos licitantes, constantes em suas propostas, em até 30 (trinta) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.
- **20.3** O fornecedor ficará obrigado a repassar para o Município, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre a execução do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.
- **20.4 -** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Nova Esperança em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;
- **20.5** O fornecedor não receberá pagamentos enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haia qualquer direito a atualização monetária.
- **20.6** Os pagamentos ficam condicionados à prova de regularidade fiscal da empresa contratada junto à regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a CND federal conjunta.
- **20.7 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA** Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da dotação orçamentária a ser indicada no momento da contratação ou do pedido de fornecimento.

21 - DO CONTROLE/REVISÃO E ALTERAÇÃO DE PREÇOS



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

- **21.1** A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 17 do Decreto 7.892/2013 c.c art. 65 da Lei nº. 8.666/93, e nos sequintes termos:
- **21.1.1** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- **21.1.2** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
- 21.1.2.1 convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 21.1.2.2 frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- 21.1.2.3 convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **21.1.3** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado e protocolado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 21.1.3.1 realizar o reajuste dos preços que será deferido a contar da data do protocolo;
- 21.1.3.2 liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- 21.1.3.3 convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 21.1.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- **21.1.4** Nos termos do **art.65, d, da lei 8.666/93, os contratos poderão ser alterados por acordo das partes,** para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.
- **21.1.4.1** O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: o pedido deve ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Nova Esperança e encaminhado ao Departamento de Licitações com os seguintes documentos:
- 1. Justificativa do pedido de alteração (explicando quais as circunstâncias de mercado, enfim qual o problema que ocasionou o aumento de preco).
- 2. Juntar fotocópias de Notas Fiscais, tabelas de preços de fabricantes, lista de preços, matérias-primas e/ou Documentos equivalentes que comprovem o alegado na justificativa.
- **21.1.4.2** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- **21.1.4.3** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo Município de Nova Esperança para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

22 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- **22.1** O Registro de Precos do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:
- 22.1.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 22.1.2 não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 22.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- 22.1.4 tiver presentes razões de interesse público.
- **22.2** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- **22.3** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- **22.4** A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito à Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Licitações, facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.
- **22.5** A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias;



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

- **22.6** O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação, independente de aplicação das penalidades cabíveis.
- **22.7** No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

23- DA RESCISÃO

- **23.1** Caberá rescisão do presente instrumento caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
- **23.2** A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

24 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 - Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto desta Licitação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I - advertência:

II – multa, nos seguintes termos:

- a) pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato/ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração: até 5% (cinco por cento) do valor contratual;
- b) pelo atraso na execução do objeto, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da solicitação de despesa, por dia decorrido, **até o limite de 10% do valor dos materiais/serviços não executados:**
- c) pela recusa em realizar a execução do objeto, caracterizada em vinte dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do(s) material(is)/serviço(s);
- d) pela demora em substituir o material/serviço rejeitado ou corrigir falhas na execução do objeto, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do material/serviço, por dia decorrido, **até o limite de 10% do valor dos materiais/serviços não substituídos/corrigidos;**
- e) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na execução do objeto, entendendo-se como recusa a execução não efetivada nos quinze dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor da execução rejeitada;
- f) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- III suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
- **24.2** Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do subitem 24.1.:
- I pelo descumprimento do prazo de execução do objeto;
- II pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data da rejeição, devidamente notificada; e
- III pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital.
- **24.3** Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- **24.4** As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- **24.5.** Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

25 - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

25.1 – Dos Deveres do Município

1. Requisitar a execução do objeto quando necessário nas condições estabelecidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

- 2. Notificar a empresa fornecedora, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.
- 3. Efetuar o pagamento ao Fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos na ATA DE REGISTRO DE PRECOS.
- 4. Comunicar à empresa qualquer irregularidade manifestada na execução da Ata de Registro de Preços.
- 5. Supervisionar a execução da Ata de Registro de Preço.

25.2 – Das Obrigações do Fornecedor

- 1. Executar o objeto nas especificações estabelecidas, na forma e condições determinadas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, bem como as obrigações definidas no edital de pregão para registro de preço nº. **0101/2017**, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade;
- 2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada a execução do objeto;
- 3. Manter, durante a vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de Habilitação da licitação;
- 4. São de inteira responsabilidade do Fornecedor arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora;
- 5. Executar o objeto a partir do recebimento "Autorização de Despesas", durante toda a vigência da Ata, pelo preço nela fixado;
- 6. Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais/serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados a Prefeitura e/ou a terceiro na execução da Ata:
- 7. Substituir, de imediato, às suas expensas, os materiais/serviços que não se adequarem às especificações registradas na Ata:
- 8. Atender prontamente às reclamações da Prefeitura, bem como, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto executado com vícios, defeitos ou incorreções;
- 9. Todas as despesas relativas até o local de execução do objeto, correrão por conta exclusiva da licitante vencedora;

26 - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- **26.1** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços realizados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- **26.2** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.
- **26.3** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **26.4** A conformidade dos materiais/serviços a ser entregue/executados deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.
- **26.5** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **26.6 -** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **26.7** A fiscalização da execução contratual será exercida pelo Fiscal de Contrato: Adelson Luiz Benassi lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, como Assessor da Divisão de Transporte Escolar nomeado através da Portaria Nº 13.277/2017, de acordo com a Lei Nº 2.510 e 2.515/2016. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

27 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 27.1 A Nota de Empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 62, da Lei nº. 8.666/93;
- **27.2 -** O pregoeiro e/ou autoridade superior, na forma do disposto no parágrafo 3º do art. 43 da lei nº. 8.666/93, se reserva o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.
- **27.3** Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos proponentes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

- **27.4** A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade em despacho fundamentado, sem que caiba qualquer indenização, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº. 8666/93.
- **27.5** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.
- **27.6** O Município de Nova Esperança não admitirá declarações posteriores de desconhecimento de atos que dificultem ou impossibilitem o cumprimento do objeto ora licitado.
- **27.7 -** O pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não infrinja o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- **27.8** Será (ão) lavrada (s) ata (s) do (s) trabalho (s) desenvolvido (s) em ato público de abertura dos envelopes, a (s) qual (is) será (ão) assinada (s) pelo Pregoeiro, pela equipe de Apoio e representantes credenciados presentes.
- **27.9** O Município de Nova Esperança não se obriga a adquirir a quantidade total dos itens licitados, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º da lei nº. 8.666/93.
- **27.10** O Município publicará, pelo menos trimestralmente os preços registrados.
- **27.11** Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Nova Esperança, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.
- **27.12** Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes do Decreto nº. 7.892/2013, Lei Federal nº. 10.520/02, Lei 8.666/93, Lei complementar nº. 123/06, Lei complementar nº 147/2014 e decretos municipais 4633/2017 e 4634/2017.
- **27.13** Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser protocolizados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Nova Esperança, situada na Av. Rocha Pombo, nº. 1453, no horário das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

Nova Esperança, 18 de setembro de 2017.

MOACIR OLIVATTI PREFEITO MUNICIPAL



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

EDITAL DE PREGÃO Nº. 0101/2017-PMNE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

- **1 DO OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLEJO EM VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E DO SETOR DE ESPORTES, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.
- **2 DA JUSTIFICATIVA:** A presente solicitação tem como justificativa a necessidade de atender o que dispõe a Lei Federal Nº 10.880, de 09 de Junho de 2004 que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar/PNATE e a Lei Nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que instituiu o Programa Estadual de Transporte Escolar/PETE, bem como a Resolução Nº 777/2013 GS/SEED do Governo do Estado do Paraná que tem como base o trabalho articulado em regime de colaboração com os municípios paranaenses e o compromisso de **elevar a segurança** e a qualidade da oferta, bem como assegurar o acesso e permanência do aluno em instituições estaduais educacionais. Diante disso a legislação de trânsito estabelece uma série de condições e requisitos referentes à oferta do transporte rodoviário escolar, ou seja, os veículos utilizados pelo município, para o transporte escolar público, seja ele da frota própria ou terceirizada, devem estar de acordo com os dispositivos legais estabelecidos pela Lei Nº 9503/1997 Código de Trânsito Brasileiro, dos quais destacamos o Art. 136 Condições de segurança.

3 – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS:

LOTE 1 - Micro ônibus Merc. Benz 608 AIO 4506 (ano 1977),utilizado no transporte escolar

Valor Máximo do Lote 01: R\$ 23.791,03 (vinte e três mil, setecentos e noventa e um reais e três centavos)

Item	Descrição	Unid	Qtd	Marca	Valor	Valor Máx.
					Máx. Unit.	Total.
1	1º MOLA MESTRE DIANTEIRA - 608	UNID	4		253,00	1.012,00
2	2ª MOLA DIANTEIRA VIRADA 608	UNID	4		243,00	972,00
3	3º MOLA DIANTEIRA RETA - 608	UNID	2		233,00	466,00
4	4ª MOLA DIANTEIRA RETA 608	UNID	4		223,00	892,00
5	5ª MOLA DIANTEIRA RETA 608	UNID	3		213,00	639,00
6	6ª MOLA DIANTEIRA RETA 608	UNID	3		204,67	614,01
7	7ª MOLA DIANTEIRA RETA 608	UNID	3		192,67	578,01
8	8ª MOLA DIANTEIRA RETA 608	UNID	4		172,67	690,68
9	MOLA MESTRE TRASEIRA 1ª -608	UNID	3		305,00	915,00
10	2ª MOLA TRASEIRA VIRADA	UNID	3		295,00	885,00
11	2º MOLA - REF.608	UNID	3		281,67	845,01
12	3º MOLA - 608	UNID	3		254,67	764,01
13	4ª MOLA TRASEIRA RETA 608	UNID	3		244,33	732,99
14	5ª MOLA TRASEIRA RETA 608	UNID	3		231,00	693,00
15	PINO DE CENTRO DO MICRO 608	UNID	15		20,00	300,00
16	JUMELO DIANTEIRO DO MICRO 608	UNID	4		103,67	414,68
17	JUMELO TRASEIRO DO MICRO 608	UNID	4		103,67	414,68
18	BUCHA DO MICRO 608	UNID	15		50,33	754,95
19	PINO OLHETE DIANTEIRO DO MICRO 608	UNID	10		35,33	353,30
20	PINO OLHETE TRASEIRO DO MICRO 608	UNID	2		35,33	70,66
21	SUPORTE TRASEIRO COM PINO DO - 608	UNID	4		144,00	576,00
22	GRAMPO COM PORCAS DIANTEIRO DO MICRO	UNID	5		60,33	301,65
	608					
23	GRAMPO COM PORCAS TRASEIRO DO MICRO 608	UNID	5		60,33	301,65
24	BUCHA SECA 608	UNID	15		31,67	475,05
25	ABRACADEIRA C/ REBITE E PARAFUSOS - 608	UNID	10		20,00	200,00
26	BUCHA DO ESTABILIZADOR DO EIXO DIANTEIRO	UNID	10		31,67	316,70
	DO 608					
27	SUPORTE DIANTEIRO PARTE TRASEIRA DO 608	UNID	4		126,00	504,00
28	SUPORTE DIANTEIRO, PARTE DIANTEIRA	UNID	3		203,00	609,00
29	SERVICO DE MOLEJO	HORAS	50		110,00	5.500,00
30	SOCORRO MICRO ONIBUS	UNID	10		200,00	2.000,00



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

LOTE 2 - Micro ônibus Volare A8 PLACA AKM9244 (2002); Micro ônibus Volare V8 4x4 EQ placas AYP 6889; AYP 6890 (ano 2014), utilizados no transporte escolar.

Valor Máximo do Lote 02: R\$ 31.966,27 (trinta e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos)

centav						
Item	Descrição	Unid	Qtd	Marca	Valor Máx.	Valor Máx.
					Unit.	Total.
1	1º MOLA DIANTEIRA - VOLARE A8	UNID	5		883,33	4.416,65
2	2º MOLA VIRADA DIANTEIRA - VOLARE A8	UNID	5		873,33	4.366,65
3	1º MOLA MESTRE TRASEIRA - VOLARE A8	UNID	4		412,33	1.649,32
4	2º MOLA VIRADA TRASEIRA - VOLARE A8	UNID	4		362,33	1.449,32
5	3º MOLA TRASEIRA RETA - VOLARE A8	UNID	4		312,33	1.249,32
6	4º MOLA TRASEIRA RETA - VOLARE A8	UNID	4		252,33	1.009,32
7	5º MOLA TRASEIRA RETA - VOLARE A8	UNID	4		231,67	926,68
8	6º MOLA TRASEIRA RETA - VOLARE A8	UNID	4		203,33	813,32
9	GRAMPOS DIANTEIRO E TRASEIRO C/ PORCAS - VOLARE A8	UNID	12		60,33	723,96
10	PINO DE CENTRO 12MM DIANTEIRO E TRASEIRO - VOLARE A8	UNID	20		30,33	606,60
11	PINO OLHETE DIANTEIRO - VOLARE A8	UNID	10		35,33	353,30
12	PINO OLHETE TRASEIRO - VOLARE A8	UNID	20		35,33	706,60
13	BUCHAS SILENCIOSAS DIANTEIRA E TRASEIRA PARTE DIANTEIRA	UNID	12		62,00	744,00
14	BUCHAS SECAS TRASEIRA PARTE TRASEIRA - VOLARE A8	UNID	30		35,33	1.059,90
15	PARAFUSO DO SUPORTE - VOLARE A8	UNID	30		8,00	240,00
16	ARRUELAS DE ENCOSTO - VOLARE A8	UNID	30		7,33	219,90
17	TRAVAS - VOLARE A8	UNID	30		8,00	240,00
18	GRAXEIRO - VOLARE A8	UNID	10		3,67	36,70
19	BUCHA DO ESTABILIZADOR DIANTEIRO/TRASEIRO - VOLARE A8	UNID	20		40,00	800,00
20	SUPORTE MOLEJO TRASEIRO - VOLARE A8	UNID	4		161,67	646,68
21	SUPORTE DIANTEIRO - VOLARE A8	UNID	4		152,00	608,00
22	JUMELO DIANTEIRO - VOLARE A8	UNID	4		100,00	400,00
23	JUMELO TRASEIRO - VOLARE A8	UNID	4		100,00	400,00
24	SERVICO DE MOLEJO	HORAS	55		100,00	5.500,00
25	SOCORRO MICRO ONIBUS	UNID	15		186,67	2.800,05

LOTE 3 - Micro ônibus Merc. Benz LO 812 placaARE 9177;ARE 9178 (2009); Iveco City Class placas ARG 2237; ARG 3274 (ano 2009); placaBAL 6249 (ano 2015/2016) utilizados no transporte escolar. Valor Máximo do Lote 03: R\$ 77.887,52 (setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)

Item	Descrição	Unid	Qtd	Marca	Valor	Valor Máx.
					Máx. Unit.	Total.
1	1º MOLA MESTRE DIANTEIRA - MB LO 812	UNID	8		272,00	2.176,00
2	2º MOLA VIRADA DIANTEIRA - MB LO 812	UNID	8		262,00	2.096,00
3	3º MOLA RETA - MB LO 812	UNID	8		252,00	2.016,00
4	4º MOLA RETA - MB LO 812	UNID	8		232,00	1.856,00
5	5º MOLA RETA - MB LO 812	UNID	8		201,67	1.613,36
6	6º MOLA RETA - MB LO 812	UNID	8		172,00	1.376,00
7	7º MOLA RETA - MB LO 812	UNID	6		152,00	912,00
8	1º MOLA MESTRE TRASEIRA - MB LO 812	UNID	6		301,67	1.810,02
9	2º MOLA VIRADA TRASEIRA - MB LO 812	UNID	8		301,67	2.413,36
10	3º MOLA RETA REF MB LO 812	UNID	8		262,00	2.096,00
11	4º MOLA RETA TRASEIRA - MB LO 812	UNID	8		252,00	2.016,00
12	5º MOLA RETA TRASEIRA - MB LO 812	UNID	6		212,00	1.272,00
13	6º MOLA (C/FEIXE) - MB LO 812	UNID	6		201,67	1.210,02
14	PINO DE CENTRO MB - LO 812	UNID	20		20,00	400,00
15	GRAMPOS C/ PORCAS - MB LO 812	UNID	20		60,00	1.200,00



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

16	PINOS OLHETES MB - LO 812	UNID	20	31,67	633,40
17	BUCHA DO OLHO DA MOLA - MB LO 812	UNID	20	60,00	1.200,00
18	JUMELO DIANTEIRO - MB LO 812	UNID	8	133,67	1.069,36
19	JUMELO TRASEIRO - MB LO 812	UNID	8	133,67	1.069,36
20	SUPORTE DIANTEIRO - MB LO 812	UNID	4	152,00	608,00
21	SUPORTE TRASEIRO - MB LO 812	UNID	4	152,00	608,00
22	ABRACADEIRAS C/ REBITES E PARAFUSOS - MB LO 812	UNID	20	30,00	600,00
23	BUCHAS DO ESTABILIZADOR C/ PARAFUSOS - MB LO 812	UNID	25	31,67	791,75
24	1º MOLA ACO 70X14 TRASEIRA PARABOLICA - IVECO	UNID	5	822,33	4.111,65
25	2º MOLA 70X14 VIRADA PARABOLICA - IVECO	UNID	5	812,33	4.061,65
26	3º MOLA 70X14 PARABOLICA - IVECO	UNID	5	772,33	3.861,65
27	4º MOLA 70X14 PARABOLICA - IVECO	UNID	5	722,33	3.611,65
28	PINO DE CENTRO - MICRO IVECO	UNID	20	30,00	600,00
29	GRAMPOS C/ PORCAS - MICRO IVECO	UNID	20	60,00	1.200,00
30	BUCHAS DE ACO + BORRACHA - MICRO IVECO	UNID	30	52,00	1.560,00
31	PINO OLHETE - MICRO IVECO	UNID	30	41,67	1.250,10
32	BORRACHA DO ESTABILIZADOR - MICRO IVECO	UNID	30	41,67	1.250,10
33	ABRACADEIRAS - MICRO IVECO	UNID	20	30,00	600,00
34	REBITES - MICRO IVECO	UNID	20	5,00	100,00
35	PARAFUSOS C/ ABRACADEIRAS - MICRO IVECO	UNID	20	10,00	200,00
36	SUPORTE - MICRO IVECO	UNID	4	252,00	1.008,00
37	JUMELO - MICRO IVECO	UNID	4	252,00	1.008,00
38	1ª MOLA PARABÓLICA – MB LO 812	UNID	2	952,33	1.904,66
39	2ª MOLA PARABÓLICA – MB LO 812	UNID	2	952,33	1.904,66
40	3ª MOLA PARABÓLICA – MB LO 812	UNID	2	902,33	1.804,66
41	4ª MOLA PARABÓLICA – MB LO 812	UNID	2	902,33	1.804,66
42	SERVICO DE MOLEJO - MB LO 812/IVECO	HORAS	77	110,00	8.470,00
43	SOCORRO - MICRO MB LO 812 IVECO	UNID	35	186,67	6.533,45

LOTE 4 - Ônibus Merc. Benz 1113 AIP 7209 (ano 1973); Ônibus Merc. Benz 364 placa AAE 0283 (ano 1982); Ônibus Merc. Benz OF.1315 placa BWP 0790 (ano 1992); Ônibus Merc. Benz OF. 1318 placa KFN 4769 (ano 1995), utilizados no transporte escolar e também os veículos ônibus Merc. Benz OF. 1318 placa BYE 9491 (ano 1995); ônibus Merc. Benz 355 placa GPF 3844 (ano 1986); ônibus Scania/L 113 CL 4x2 placa AHG 9946 (ano 1997), utilizados no setor de esportes e lazer.

Valor Máximo do Lote 04: R\$ 75.226,23 (setenta e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e vinte e três centavos)

Item	Descrição	Unid	Qtd	Marca	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	1º MOLA MESTRE TRASEIRA MB1113	UNID	5		302,00	1.510,00
2	2ª MOLA -2ª VIRADA TRASEIRA	UNID	5		302,00	1.510,00
3	3ª MOLA TRASEIRA RETA 1113	UNID	5		292,33	1.461,65
4	4ª MOLA TRASEIRA RETA 1113	UNID	5		272,33	1.361,65
5	5ª MOLA TRASEIRA RETA 1113	UNID	5		222,33	1.111,65
6	6 ^a MOLA TRASEIRA RETA 1113	UNID	5		201,67	1.008,35
7	7ª MOLA TRASEIRA RETA 1113	UNID	3		182,33	546,99
8	1º MOLA MESTRE DIANTEIRA MB 1113	UNID	5		302,33	1.511,65
9	2ª mola dianteira virada 1113	UNID	5		302,33	1.511,65
10	3ª mola dianteira reta 1113	UNID	4		302,33	1.209,32
11	4ª MOLA DIANTEIRA RETA 1113	UNID	3		292,33	876,99
12	5ª MOLA DIANTEIRA RETA 1113	UNID	3		282,33	846,99
13	6a MOLA DIANTEIRA RETA 1113	UNID	2		272,33	544,66
14	7ª MOLA DIANTEIRA RETA 1113	UNID	2		262,33	524,66
15	PINO DE CENTRO DO 1113 / OF. 1315 / 1318	UNID	15		30,67	460,05
16	JUMELO DIANTEIRO DO 1113 / OF. 1315 / 1318	UNID	4		122,33	489,32
17	JUMELO TRASEIRO DO 1113 / OF. 1315 / 1318	UNID	5		122,33	611,65
18	BUCHA DO 1113 / OF. 1315 / 1318	UNID	10	·	30,67	306,70



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

19	SUPORTE DO 1113 / OF. 1315 / 1318	UNID	8	154,00	1.232,00
20	PINO OLHETE DIANTEIRO DO 1113 / OF. 1315 /	UNID	10	41,67	416,70
	1318				
21	PINO OLHETE TRASEIRO DO 1113 / OF 1315 /	UNID	10	41,67	416,70
22	1318 GRAMPO COM PORCAS DIANTEIRO DO 1113 / OF.	UNID	7	60,67	424.60
22	1315 / 1318	UNID	/	00,67	424,69
23	GRAMPO COM PORCAS TRASEIRO DO 1113 / OF.	UNID	7	60,67	424,69
	1315 / 1318	0.122			/02
24	1ª MOLA DIANTEIRA ESPECIAL 1,90 MTS AÇO	UNID	4	352,33	1.409,32
	70X13X1,90				
25	2ª MOLA DIANTEIRA -2ª VIRADA	UNID	4	342,33	1.369,32
26	3ª MOLA DIANTEIRA RETA /OF.1315/1318	UNID	4	341,89	1.367,56
27	4ª MOLA DIANTEIRA RETA -OF.1315/1318	UNID	4	332,33	1.329,32
28	5ª MOLA DIANTEIRA RETA -OF.1315/1318	UNID	3	322,33	966,99
29	6ª MOLA DIANTEIRA RETA -OF.1315/1318	UNID	3	312,33	936,99
30	7ª MOLA DIANTEIRA RETA- OF.1315/1318	UNID	3	301,67	905,01
31	8ª MOLA DIANTEIRA RETA -OF.1315/1318	UNID	3	292,33	876,99
32	1ª MOLA MESTRE TRASEIRA DE AÇO 16 MM/1,90	UNID	3	422,33	1.266,99
33	2ª MOLA TRASEIRA - 2ª VIRADA DE AÇO	UNID	3	412,33	1.236,99
34	16MM/1,90 3ª MOLA TRASEIRA FRIZADA	UNID	2	401,67	803,34
35	4ª MOLA TRASEIRA FRIZADA 4ª MOLA TRASEIRA OF.1315/1318	UNID	3	392,33	1.176,99
36	5ª MOLA TRASEIRA OF.1315/1316	UNID	3	372,33	1.116,99
37	6ª MOLA TRASEIRA OF.1315/1318	UNID	3	362,33	1.086,99
38	7ª MOLA TRASEIRA OF. 1315/1318	UNID	7	352,33	2.466,31
39	TRAVA DO PINO	UNID	7	12,33	86,31
40	PINO CENTRO 12/7	UNID	8	30,67	245,36
41	PORCA 18MM	UNID	8	10,67	85,36
42	BUCHA DO ESTABILIZADOR DO EIXO TRASEIRO	UNID	10	50,67	506,70
43	BUCHA DO ESTABILIZADOR DO EIXO TRASEIRO BUCHA DO ESTABILIZADOR DO EIXO DIANTEIRO	UNID	10	50,67	506,70
44	BUCHA DO ESTABILIZADOR DO BRAÇO TRASEIRO	UNID	14	50,67	709,38
77	1113	OINID	14	30,67	709,36
45	BUCHA DO ESTABILIZADOR DO BRAÇO	UNID	14	50,67	709,38
	DIANTEIRO 1113				,
46	SUPORTE DIANTEIRO PARTE TRASEIRA	UNID	10	152,33	1.523,30
47	GRAXETA	UNID	25	5,33	133,25
48	SAPATA GUIA	UNID	16	62,33	997,28
49	BUCHA DE MOLA	UNID	20	35,33	706,60
50	ARRUELA DE ENCOSTO 1113	UNID	25	5,33	133,25
51	ABRACADEIRA	UNID	20	30,67	613,40
52	ARREBITES	UNID	15	5,33	79,95
53	TRAVA E95053	UNID	8	10,67	85,36
54	BUCHA DO ESTABILIZADOR MBB	UNID	15	35,33	529,95
55	PARAFUSO DE ABRACADEIRA - 1113/1315/1318	UNID	10	10,67	106,70
56	SUPORTE DIANTEIRO DO 1113/1315/1318	UNID	8	201,67	1.613,36
57	SUPORTE TRASEIRO DO 1113/1315/1318	UNID	8	201,67	1.613,36
58	PARAFUSO DE SUPORTE 1/2	UNID	15	10,67	160,05
59	1° MOLA MESTRE TRASEIRA DO MONOBLOCO	UNID	1	602,67	602,67
60	2° MOLA TRASEIRA DO MONOBLOCO	UNID	1	512,67	512,67
61	3° MOLA TRASEIRA DO MONOBLOCO	UNID	1	502,67	502,67
62	4º MOLA TRASEIRA DO MONOBLOCO	UNID	1	402,33	402,33
63	5° MOLA TRASEIRA DO MONOBLOCO	UNID	1	302,33	302,33
64	6° MOLA TRASEIRA DO MONOBLOCO	UNID	1	202,33	202,33
65	JUMELO TRASEIRO DO MONOBLOCO	UNID	2	154,00	308,00
66	SUPORTE DO MONOBLOCO	UNID	2	154,00	308,00
67	PINO OLHETE TRASEIRO DO MONOBLOCO	UNID	4	52,00	208,00
68	BUCHA DO MONOBLOCO	UNID	4	52,00	208,00



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

69	GRAMPO TRASEIRO DO MONOBLOCO	UNID	4	72,33	289,32
70	SERVICO DE MOLEJO	HORAS	160	100,00	16.000,00
71	SERVICO DE SOCORRO	UNID	30	186,67	5.600,10

4 – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E SEU RECEBIMENTO

- 4.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
- a) Os serviços deverão se constituir em manutenção preventiva e corretiva a serem realizadas em todos os veículos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.
- b) Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento dos equipamentos e ferramentas necessárias à efetiva realização das manutenções.
- c) Os serviços deverão ser executados obrigatoriamente no endereço abaixo especificado ou quando necessário em local com instalações adequadas ao objeto da licitação, mantida pela contratada no Município de Nova Esperança.

MUNICÍPIOENDEREÇOTELEFONENova EsperançaAv. Felipe Camarão Nº 480 Centro – Antigo IBC(44)3252.4883

- d) A execução dos serviços deverá ser iniciada logo após recebimento da Ordem/Nota de Empenho para que não haja atrasos na devolução dos alunos.
- e) Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 05(cinco) dias, pelo Sr. Adelson Luiz Benassi, coordenador do Transporte Escolar, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- f) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- g) O pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- h) O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses.

5 - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- **5.1** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços realizados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- **5.2** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- **5.3** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **5.4** A conformidade dos materiais/serviços a ser entregue/executados deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.
- **5.5** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **5.6** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **5.7** A fiscalização da execução contratual será exercida pelo Fiscal de Contrato: Adelson Luiz Benassi lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, como Assessor da Divisão de Transporte Escolar nomeado através da Portaria Nº 13.277/2017, de acordo com a Lei Nº 2.510 e 2.515/2016. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

EDITAL DE PREGÃO Nº. 0101/2017- PMNE

ANEXO II ************************* DOCUMENTO A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (papel timbrado)

Eu, (nome do representante legal da empresa), CPF nº	, identidade nº		SSP/PR,
na qualidade de Sócio Gerente, legalmente habilitado a r	epresentar a empresa	, d	leclaro, pleno
cumprimento dos requisitos de habilitação constantes no E	Edital do qual este anexo é	parte integrante).
	Local,	de	de 2017.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

EDITAL DE PREGÃO Nº. 0101/2017-PMNE

ANEXO III

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO (papel timbrado)

Pela presente	, credenciamos o (a) Sr. (a)	porta	ador da Cédula de
Identidade No	e CPF No	, a participa	do procedimento
licitatório, sob modalidade de PREGÃO,	instaurado por esta Prefeitura.		
Na qualidade o	de representante legal da empresa		, outorga-
se ao acima credenciado, dentre outro	s poderes, o de oferecer lances em r	nome da empresa	a e de renunciar ao
direito de interposição de recurso.			
	Loca	al, de	de 2017.
	Assinatura do Represei		impresa proponente irma reconhecida
		COIII I	II IIIa i ecomieciua



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

EDITAL DE PREGÃO Nº. 0101/2017-PMNE

ANEXOIV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE (papel timbrado)

Declaramos p	ara os devidos fins e esp	pecialmente para o Edi	ital Pregão nº.
0101/2017-PMNE, que a empresa, inscrit	ta no CNPJ/MF sob n.º	, com sede à	, em
, não está impedida de participar em licitaçã	ão ou de contratar com a	a Administração, assim	ı como não foi
declarada inidônea por qualquer órgão das Admini	strações Públicas da Un	ião, de Estados ou	de Municípios,
estando portanto, apta a contratar com o Poder Púb	lico, em qualquer de sua	s esferas e sob as per	nas da lei, que
até a presente data inexistem fatos impeditivos par	a a nossa habilitação, ci	ente da obrigatoriedad	de de declarar
ocorrências posteriores.			
	Local,	de	de 2017.
Assinatura do Representante Legal da Empresa propo	onente		



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

EDITAL DE PREGÃO Nº. 0101/2017-PMNE.

ANEXOV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHO DE MENORES (papel timbrado)

Declaramos para os devidos fins	s e especialmente para o Edital Pregão nº.
0101/2017-PMNE, que a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob n	n.º, com sede à, em
,não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezo	oito) anos em horário noturno de trabalho
ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualo	quer trabalho, menores de 16 (dezesseis)
anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.	
Local,	dede 2017
Assinatura do Representante Legal da Empresa proponente	
	dede 2017



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

EDITAL DE PREGÃO nº. 0101/2017 - PMNE.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(imprimir em papel timbrado)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão presencial, sob o nº. 0101/2017, instaurado pelo Município de Nova Esperança, que:

- * assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- * comprometemo-nos a manter, durante a execução da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- * comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a execução do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência da Ata de Registro de Preço;
- * temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº. 8.078 Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do Pregão Presencial nº. 0101/2017, realizado pelo Município de Nova Esperança.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.			
	Local,	de	de 2017.
	nte		



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

EDITAL DE PREGÃO nº. 00101/2017- PMNE.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

(imprimir em papel timbrado)

A empresa, inscrita no CNPJ nº	e do CPF nº 101/2017, que não possui	, I em seu quadro	DECLARA,
	Local,	de	de 2017.
Assinatura do Representante Legal da Empresa proponente			



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

EDITAL DE PREGÃO Nº. 0101/2017-PMNE

ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (papel timbrado)

		/	CNPJ n. º _		, sediada (ei	ndereço completo
todas as condiçõ	, se propõe for es estipuladas neste Edit			ir os serviços	s adaixo discrimi	inados, atendend
	(inserir p	lanilha com lo	tes, itens, v	alores e mar	ca)	
Lote nº. Item	Descrição	Unid	Ouant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total.
Item			Quanti	Marca	Oilic.	TOtal.
de Registro de P	de validade da presente	proposta, con	tados a par	tir da data de		

Assinatura do Representante Legal da Empresa proponente

Y WE STATE OF THE STATE OF THE

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA,

EDITAL DE PREGÃO Nº. 0101/2017-PMNE

ANEXO IX - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

endereço Av: Rocha Pombo, 1453, centro, Nova Esperança-Pr, Inscrito no CNPJ nº. 75./30.994/0001-09,
representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Moacir Olivatti, doravante denominado apenas por MUNICÍPIO,
e a empresa, inscrita no CNPJ no, estabelecida na Rua
, no_, Bairro,, representada neste ato
pelo Sr(a), Representante Legal, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade n.º, SSP/, CPF/MF n.º, doravante
portador da Carteira de Identidade n.º, doravante
denominado apenas por FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as
cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA I. DO OBJETO
1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE
PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLEJO EM VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E DO
SETOR DE ESPORTES, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as
descrições constantes na proposta de preço, bem como estabelecer as demais regras e condições para a
execução do objeto.
1.2. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir,
sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie, devendo o fornecedor cumprir as condições e
obrigações desta Ata.
1.3. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão nº.
0101/2017.
CLÁUSULA II – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E SEU RECEBIMENTO
2.1 - Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
a) Os serviços deverão se constituir em manutenção preventiva e corretiva a serem realizadas em todos os
veículos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.
b) Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento dos equipamentos e ferramentas necessárias à efetiva
realização das manutenções.
c) Os serviços deverão ser executados obrigatoriamente no endereço abaixo especificado ou quando necessário
em local com instalações adequadas ao objeto da licitação, mantida pela contratada no Município de Nova
Esperança.

- MUNICÍPIO
 ENDEREÇO
 TELEFONE

 Nova Esperança
 Av. Felipe Camarão Nº 480 Centro Antigo IBC
 (44)3252.4883

 d) A execução dos conviros deverá con iniciada logo após recobimento da Ordom/Nota do Emponho para que não
- d) A execução dos serviços deverá ser iniciada logo após recebimento da Ordem/Nota de Empenho para que não haja atrasos na devolução dos alunos.
- e) Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 05(cinco) dias, pelo Sr. Adelson Luiz Benassi, coordenador do Transporte Escolar, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- f) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

CLÁUSULA III - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os materiais/serviços, suas especificações, quantidades estimadas de fornecimento durante o prazo de vigência desta ATA e o preço a ser praticado pelo Fornecedor são os seguintes:

ITEM/QTDE/ UNID./DESCRIÇÃO DO OBJETO/ MARCA / PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO

3.2. Nos preços registrados encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto, acima relacionado.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

- 4.1 As contratações com os fornecedores registrados, respeitada a ordem de classificação, serão formalizadas pelo Município através da nota de empenho e/ou autorização de despesa, conforme art. 62 da lei nº. 8.666/93.
- 4.2 Os pagamentos serão efetuados através de crédito na conta corrente nº ____, agência n º____, Banco ____, em até 30 (trinta) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.3 O fornecedor ficará obrigado a repassar para o Município, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre a execução do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

- 4.4 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Nova Esperança em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;
- 4.5 O fornecedor não receberá pagamentos enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.
- 4.6 Os pagamentos ficam condicionados à prova de regularidade fiscal da empresa contratada junto à regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a CND federal conjunta.
- **4.7 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA** Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da dotação orçamentária a ser indicada no momento da contratação ou do pedido de fornecimento.

CLÁUSULA V – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1 A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 17 do Decreto 7.892/2013 c.c art. 65 da Lei nº. 8.666/93, e nos seguintes termos:
- 5.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 5.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
- 5.1.2.1 convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado:
- 5.1.2.2 frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- 5.1.2.3 convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 5.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado e protocolado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.1.3.1 realizar o reajuste dos preços que será deferido a contar da data do protocolo;
- 5.1.3.2 liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- 5.1.3.3 convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 5.1.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.1.4 Nos termos do **art.65, d, da lei 8.666/93, os contratos poderão ser alterados por acordo das partes,** para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.
- 5.1.4.1 O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: o pedido deve ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Nova Esperança e encaminhado ao Departamento de Licitações com os seguintes documentos:
- 1. Justificativa do pedido de alteração (explicando quais as circunstâncias de mercado, enfim qual o problema que ocasionou o aumento de preço).
- 2. Juntar fotocópias de Notas Fiscais, tabelas de preços de fabricantes, lista de preços, matérias-primas e/ou Documentos equivalentes que comprovem o alegado na justificativa.
- 5.1.4.2 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 5.1.4.3 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo Município de Nova Esperança para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA VI – DOS DEVERES DO MUNICÍPIO

- 6.1. Requisitar a execução do objeto quando necessário nas condições estabelecidas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- 6.2. Notificar a empresa fornecedora, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.
- 6.3. Efetuar o pagamento ao Fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- 6.4. Comunicar à empresa qualquer irregularidade manifestada na execução desta Ata de Registro de Preços.
- 6.5. Supervisionar a execução da Ata de Registro de Preço.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 7.1. Executar o objeto nas especificações estabelecidas, na forma e condições determinadas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, bem como as obrigações definidas no edital de pregão para registro de preço nº. **0101/2017**, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade;
- 7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada a execução do objeto;
- 7.3. Manter, durante a vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de Habilitação da licitação;
- 7.4. São de inteira responsabilidade do Fornecedor arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora;
- 7.5. Executar o objeto a partir do recebimento "Autorização de Despesas", durante toda a vigência da Ata, pelo preço nela fixado;
- 7.6. Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais/serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados a Prefeitura e/ou a terceiro na execução da Ata;
- 7.7. Substituir, de imediato, às suas expensas, os materiais/serviços que não se adequarem às especificações registradas na Ata;
- 7.8. Atender prontamente às reclamações da Prefeitura, bem como, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto executado com vícios, defeitos ou incorreções;
- 7.9. Todas as despesas relativas até o local de execução do objeto, correrão por conta exclusiva da licitante vencedora:

CLÁUSULA VIII - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços realizados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 8.2 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.
- 8.3 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.4 A conformidade dos materiais/serviços a ser entregue/executados deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.
- 8.5 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.7 A fiscalização da execução contratual será exercida pelo Fiscal de Contrato: Adelson Luiz Benassi lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, como Assessor da Divisão de Transporte Escolar nomeado através da Portaria Nº 13.277/2017, de acordo com a Lei Nº 2.510 e 2.515/2016. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

- 9.1 Caberá rescisão do presente instrumento caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 9.2 A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA X – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12(doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto desta ata, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:
- I advertência;



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

II – multa, nos seguintes termos:

- a) pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato/ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração: até 5% (cinco por cento) do valor contratual;
- b) pelo atraso na execução do objeto, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da solicitação de despesa, por dia decorrido, **até o limite de 10% do valor dos materiais/serviços não executados;**
- c) pela recusa em realizar a execução do objeto, caracterizada em vinte dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do(s) material(is)/serviço(s);
- d) pela demora em substituir o material/serviço rejeitado ou corrigir falhas na execução do objeto, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do material/serviço, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos materiais/serviços não substituídos/corrigidos;
- e) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na execução do objeto, entendendo-se como recusa a execução não efetivada nos quinze dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor da execução rejeitada;
- f) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- III suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
- 11.2 Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do subitem 11.1.:
- I pelo descumprimento do prazo de execução do objeto;
- II pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data da rejeição, devidamente notificada: e
- III pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados nesta ata.
- 11.3 Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 11.4 As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 11.5. Na aplicação das penalidades prevista nesta ata, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XII – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 12.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta clausula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **"prática fraudulenta":** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **"prática conluiada"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva":

- (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;
- (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 12.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

12.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o contratado deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA XIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 13.1 O Registro de Preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:
- 13.1.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 13.1.2 não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 13.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- 13.1.4 tiver presentes razões de interesse público.
- 13.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 13.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- 13.4 A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito à Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Licitações, facultado à Administração a aplicação das sanções previstas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
- 13.5 A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias;
- 13.6 O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação, independente de aplicação das penalidades cabíveis.
- 13.7 No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

CLÁUSULA XIV – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes do Decreto n° . 7.892/2013, Lei Federal n° . 10.520/02, Lei 8.666/93, Lei complementar n° . 123/06, Lei complementar n° 147/2014 e decretos municipais 4633/2017 e 4634/2017.

CLÁUSULA XV - DA PUBLICAÇÃO

15.1. O extrato da Ata e os preços registrados serão publicados pelo Município em Jornal Oficial, em atendimento ao disposto no art. 15, §2º e art. 61, § único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XVI - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da comarca de Nova Esperança, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando, as partes, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nova Esperança, de de 201	7.
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA	FORNECEDOR
TESTEMUNHAS:	
NOME CPF	NOME CPF



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Site: www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2017 - 2020

NOT	A DE	EMPENHO			/2017	
Espécie:	Ordinário	0	Data Emissão:	/	/2017	
Credor:						
Endereço	:					
C.N.P.J.:			Insc. Est.			
Órgão:						
Unidade:					da Nad:	
Prog. Tra					Licitação:	
Elemento					tação:	
Desdobra F. de Red					citação: ntrato:	
Ficha:	.urso.			ivs. Coi	ııı a.u	
Dotação	Inicial	Saldo Anterior	Valor	Saldo	Δtual	
Dotagao	, Illiciai	Salao Anterior	Valor	Salao	Atuui	
JUSTIFI	CATIVA:					
ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	VLR.		VLR. TOTAL
II LI	QID	OIT	LSF ECTI TCAÇÃO	UNITÁ	RIO	VER. TOTAL
pregão (e a respec	ctiva ata. (art. 62				
Data Ve	ncimento	:	Total Retenções:	Total I	iq. Empen	ho:
	Secretái	ria			Co	ontador